



PALESTINA

Resolução da Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional)

A situação atual da luta palestina

1 Uma rebelião das massas palestinas se alastra e toma dimensões de uma nova Intifada. No final de setembro a ação espontânea das massas palestinas se enfrentou nas ruas da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém com as tropas israelenses. O governo de Israel, ao decidir abrir um novo túnel ao lado da mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, expressava sua determinação de dispor como quizesse da cidade, na qual planeja instalar a capital israelense. A rebelião palestina reviveu e atualizou a Intifada que, entre 1987 e 1993, sacudiu essa região.

A polarização social e política está colocando em crise os acordos de Oslo II patrocinados pelo imperialismo, em particular o norte-americano. De um lado, o crescimento da ultra-direita em Israel, do outro, a perda de controle das massas palestinas por Arafat. As provocações fascistas do governo israelense começaram a ser respondidas pelas ações de rua dos palestinos, que contam com a simpatia crescente dos trabalhadores e da juventude em todo o mundo. Arafat foi obrigado a convocar uma greve geral na região para poder retomar o controle da situação.

O cinismo da propaganda imperialista se demonstra por inteiro na atual situação. Há pouco menos de um mês o governo dos EUA lançou mísseis sobre o Iraque, justificando-se com o desrespeito de Sadan Hussein aos direitos humanos. O imperialismo se aproveitou dos bárbaros crimes do governo iraquiano para justificar sua política intervencionis-

ta, mas, no entanto, respalda a prática fascista de Israel, com algum conselho em particular sobre os “excessos” que possam comprometer o “plano de paz”. Em ambos os episódios, a mesma determinação imperialista, de manter o controle político e militar do Oriente Médio, região que assegura dois terços do petróleo consumido no mundo.

2 Israel é um enclave imperialista-colonial. Sua criação foi um projeto colonialista de grandes burgueses judeus apoiados pelos governos imperialistas, se utilizando das massas judias empobrecidas da Europa central e oriental e do repúdio mundial ao massacre nazista. Durante décadas o movimento sionista concentrou judeus na Palestina, contando com a ajuda do imperialismo inglês para massacrar a resistência de seus habitantes como na repressão a greve geral de 1936. Em 1947, os governos imperialistas e a burocracia soviética (como parte de seus acordos contra-revolucionários do pós-guerra), legitimaram, através da ONU, a criação de Israel, usurpando as terras palestinas. Utilizando-se do impacto mundial dos horrores nazistas contra os judeus, se cometeu uma agressão contra o povo palestino, expulso de suas terras com métodos de guerra civil. Reproduz-se a prática nazista da imposição de uma raça sobre a outra, apoiada pela força das armas, da diáspora de um povo (agora o palestino) legitimada pelos governos imperialistas.

O Estado sionista surgiu então sobre o sangue e a miséria de todo

um povo e organizou-se segundo o modelo do movimento que lhe deu origem; foi promulgada a lei do retorno, segundo a qual qualquer pessoa de religião judaica na face da terra poderia “retornar” a Israel, enquanto os refugiados palestinos não podiam voltar aos seus lares. Além disso, suas propriedades foram ocupadas pelo estado sionista e pelos colonos judeus, através da lei do proprietário ausente, o que se constituiu num reforço considerável à “acumulação primitiva” do novo estado, dando origem às cidades israelenses “limpas” de palestinos. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma violenta discriminação contra os palestinos que permaneceram nas suas fronteiras que eram e são tratados até hoje por leis militares, que provêm do mandato inglês. O estado israelense invadiu mais e mais territórios, como a Cisjordânia e Gaza, com o que aumentou o seu “espaço vital” e aproveitou para dar terras aos novos colonos judeus que chegavam. Esta política de recorrer à expropriação e expansão contínuas é intrínseca ao sionismo por razões de sobrevivência, pois é a única forma de manter o apoio de setores do proletariado, da juventude e dos setores desclassados judaicos.

O imperialismo tem nesse enclave uma gigantesca base militar para a contra-revolução no Oriente Médio. Depois da Segunda Guerra Mundial o imperialismo norte-americano, em particular, sustenta Israel com as doações diretas de bilhões de dólares anuais do seu governo e da burguesia e pequeno-burguesia judaicas

norte-americanas, que descontam suas cotizações do imposto de renda. Todo esse dinheiro tem uma finalidade: garantir um sólido gendarme pronto a reprimir as lutas dos povos da região contra o imperialismo, como em 1956, quando o Egito ocupou o Canal de Suez, e no Líbano em 1982.

3 O início da Intifada em dezembro de 1987 foi a demonstração de que as massas palestinas aprenderam a lição das lutas libanesas, que em 1985 impuseram a primeira derrota militar a Israel. Com a mobilização operária e popular se pode derrotar o “invencível” exército de Israel. Ocorreu um salto de qualidade pela extensão do processo revolucionário ao interior do território de Israel. A juventude de Gaza e Cisjordânia se levantou contra 20 anos de ocupação militar israelense.

4 Desde o final dos anos 70, a direção da OLP já não menciona mais em seus documentos o objetivo estratégico da Carta Palestina de destruir o estado fascista de Israel e estabelecer em seu lugar um estado laico e democrático. Em infindáveis negociações internacionais, a direção da OLP se preparou para o atual acordo de paz, distanciando-se das lutas diretas das massas palestinas contra o estado israelense.

O islamismo cresce no Oriente Médio capitalizando a luta direta contra Israel e as capitulações da OLP. Da mesma forma como o Hesbollah ganhou peso no sul do Líbano com a resistência a Israel, com a Intifada cresceram as organizações islâmicas como o Hamas, por fora da OLP. Estas organizações expressam a luta das massas e sua disposição de expulsar os sionistas e o imperialismo, embora também estejam vinculadas a distintos setores da burguesia árabe, e seu programa renegue qualquer perspectiva independente para a classe operária.

Os acordos de Oslo II, firmados em setembro de 1995 expressam um processo duplo: por um lado, a importância da Intifada, que obriga o

imperialismo norte-americano em primeiro lugar e depois o governo sionista a negociarem com a OLP sob a base de concessões territoriais para os palestinos, fato inédito na história israelense. Por outro, o caráter abertamente traidor do acordo, um plano de “paz” que significa a rendição da nação palestina a lutar por seu território como um todo. Se inscreve na série de planos semelhantes com que o imperialismo compromete as direções do movimento de massas (sandinistas na Nicarágua, Mandela na África do Sul etc.) em um acordo contra-revolucionário.

O acordo divide a Cisjordânia em três zonas, sendo a primeira composta pelas principais cidades palestinas (com exceção de Jerusalém) que passam para o controle da Autoridade Palestina. A segunda zona inclui a maioria das cidades menores e da população palestina que será controlada só parcialmente pela Autoridade Palestina, podendo o exército israelense entrar quando quiser. A terceira zona inclui 70% do território palestino e engloba as colônias judias civis e militares, que seriam objeto de futuras negociações. Ou seja, o acordo de Oslo inclui a criação de um semi-estado palestino, que controlaria a menor parte do território e da população palestina, uma espécie de “bantustão” (como foi feito pelos racistas brancos na África do Sul) palestino. Em troca, a OLP não só reconhece Israel, incorpora claramente a defesa dos dois estados, como se compromete a garantir a “estabilidade” da região, ou seja, a reprimir os que queiram dar continuidade à luta contra o sionismo. Junto com isto o semi-estado passa a ter uma dependência econômica e militar de Israel. O acordo de paz só pode ser vitorioso sobre a base da derrota da luta palestina, pois significa legalizar o projeto do “Grande Israel”, ainda que com concessões territoriais aos palestinos.

Este acordo imperialista busca assegurar o controle de Israel sobre a região sem ter de recorrer à guerra. Ao mesmo tempo, promove a “globalização” da região hegemônica economicamente por Israel, as-

sociando as burguesias árabes, inclusive a palestina, oferecendo-lhes algumas migalhas em troca da aceitação dessa hegemonia.

5 Existe uma polarização social e política, e uma crise crescente em Israel. Os “askhenazi”, antigos imigrantes sionistas da Europa, em boa parte da classe média e setores do proletariado, da burocracia estatal são polarizados pelo Partido Trabalhista. Os “sefaradin”, imigrantes pobres das décadas de 70 em diante, vindos do próprio Oriente Médio (iemenitas, etiopes, sudaneses etc.), junto a setores lumpens dos EUA e Europa são a base social do Likud. Estes últimos buscam as colônias como alternativa para ascensão social e têm na ultradireita sua alternativa política. O desemprego crescente em Israel tem como atenuantes não só os dólares norte-americanos, como as terras dos palestinos.

Evidentemente esta diferenciação social e política é esquemática. Entre os “askhenazi” e “sefaradin” existem mediações e interrelações, na medida em que defendem unificadamente o estado de Israel.

Existe toda uma ultra-direita armada, abertamente fascista, que praticou inúmeros atentados contra os palestinos e rechaça qualquer acordo que signifique concessão territorial. De seus quadros saíram os assassinos do primeiro-ministro judeu trabalhista Itzhak Rabin.

É esta polarização social crescente que leva a bases políticas diferenciadas para os dois setores da burguesia israelense. Tanto o Partido Trabalhista como o Likud querem o “acordo de paz”, assim como querem a continuidade da imposição militar (haja vista os ataques militares promovidos por Perez durante as eleições). No entanto, o Likud quer o acordo com menos concessões para os palestinos, ampliando as colônias judaicas, não entregando o Golan etc..., o que significa mais choques com a burguesia árabe e a OLP.

A vitória de Netaniahu nas eleições ampliou a polarização interna

em Israel. O novo governo vem implementando uma linha de seguir reinvidicando as conversações e o acordo de paz, ao mesmo tempo que rejeita qualquer concessão territorial. Foi a decisão do governo de abrir o novo túnel em Jerusalém que provocou as manifestações de final de setembro.

Mas o mais importante é que a resposta dos palestinos, com os enfrentamentos de rua, ampliou a divisão interna israelense. Um ato chamado pelo movimento "Paz agora", contrário à política do governo, reuniu, segundo a imprensa, 50.000 pessoas em Tel Aviv, que tem menos de 1 milhão de habitantes. Um setor importante da população quer acabar com a guerra.

6O processo de polarização social e política não é exclusivo dos israelenses. Atinge também os palestinos, podendo chegar a uma guerra civil entre eles. Arafat conseguiu, através de eleições no território dirigido pela Autoridade Palestina, começar a construir um arremedo de estado burguês. A Autoridade Palestina tem de se apoiar na burguesia palestina e nas burguesias árabes da região para implementar o plano de paz. Para assegurar o plano, o governo de Arafat prende e tortura os militantes do Hamas, cumprindo o papel de polícia reclamado pelo imperialismo, mas sem conseguir controlar totalmente o processo.

No entanto, Arafat necessita também do apoio da base palestina para sua própria sobrevivência política. Na medida em que Israel está implementando seu plano de assentamento de novas colônias e assume atitudes provocativas, como a de Jerusalém, Arafat é obrigado a reagir para manter a estratégia do plano de paz acordado com o imperialismo. Por isto foi obrigado a convocar a greve geral na região.

A rebelião das massas do final de setembro demonstra a explosividade da situação. Perante o novo levante da juventude e a repressão assassina do exército israelense, a polícia palestina se dividiu. Um setor

se integrou ao levante e passou a atirar junto com os manifestantes.

Arafat só conseguiu retomar o controle uma semana depois, quando sua polícia mais uma vez voltou a reprimir os palestinos, para evitar que eles se enfrentassem com o exército israelense. Portanto, é a política de Arafat que ameaça colocar palestinos em guerra entre si justamente quando é mais necessário assestar duros golpes no inimigo sionista.

A retomada da Intifada está colocada na realidade. A Autoridade Palestina vai manobrar para evitar a continuidade do levante, apostando nas negociações com o imperialismo, e a pressão internacional para a retomada dos acordos de paz. Na medida em que não se resolve a questão nacional palestina, é provável que os enfrentamentos incluam choques também contra o governo de Arafat.

7A situação atual põe à prova a política e o programa das organizações revolucionárias.

A OLP, ao se tornar uma expressão real da luta palestina, no final dos anos 60, adotou a Carta Nacional Palestina, que defendia "o estabelecimento de uma sociedade democrática livre na Palestina, aberta a todos os palestinos-muçulmanos, cristãos e judeus".

Esta bandeira sintetiza admiravelmente algumas das principais tarefas da revolução socialista na região: laica, para abolir o estado teocrático de Israel -- baseado na predominância de uma só religião; democrática -- garantindo direitos iguais para todas as nacionalidades, e não racista -- abolindo as leis racistas contra os palestinos. Como o Estado de Israel se baseia na dominação teocrática, racista e utilizando métodos facistas contra os palestinos, a realização destas bandeiras só pode ser alcançada através de sua destruição.

A IV Internacional em 1948 tomou uma posição de defesa dos direitos nacionais palestinos, pela destruição do estado de Israel e a formação desta Palestina laica, demo-

crática e não racista, defendida na Carta Nacional Palestina.

Distintas organizações que se reivindicam revolucionárias e até da IV Internacional abandonaram este programa, acabando por aceitar a co-existência de dois estados, um palestino e outro judaico na região. Hoje a direção da OLP está buscando aplicar esse projeto dos dois estados, deixando de lado a luta pela destruição do estado de Israel. Para argumentar sobre o tema sempre se fala nos custos humanos de uma guerra, assim como da consciência dos trabalhadores israelenses.

A realidade está confirmando o programa fundacional da OLP e a resolução histórica votada pela IV Internacional. Os "dois estados" significam o estado de Israel dominando política e militarmente a região. O custo em vidas humanas, em especial dos palestinos, vai se confirmando dia a dia como um preço a pagar pela manutenção do estado sionista. A crise em Israel coloca a possibilidade de que a causa palestina ganhe algum eco em um setor das massas israelenses. Seguimos defendendo uma Palestina laica, democrática e não racista. A destruição do estado de Israel é a única maneira de viabilizar essa perspectiva. É o caminho para uma futura Federação Socialista do Oriente Médio.

O fato de sermos contrários aos acordos de Oslo não nos impede de defendermos bandeiras parciais que possibilitem a unidade de ação com quem defenda a retirada imediata das tropas israelenses dos territórios palestinos, libaneses e sírios. Defendemos a autodeterminação dos palestinos e a retirada imediata do exército israelense de Gaza e Cisjordânia. Da mesma maneira, defendemos a libertação dos presos políticos palestinos.

Não depositamos nenhuma confiança em Arafat! Exijamos a entrega de armas ao povo palestino, aos combatentes da Intifada, para que não dependam da polícia de Arafat no enfrentamento com os israelenses. Pela organização da autodefesa dos palestinos!